



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 004

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Cláudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Luiz Nishimori</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Eduardo Cheida - Luiz Cláudio Romanelli - Mauro Moraes - Mohamad Ali Hamzê - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Carlos Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo Ilkiv - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 004

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 12

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 12

Horário das Lideranças:

Liderança do PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira..... 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 18

Discussão / Votação:

Discussão Única (Proposições).. 19

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 24

Publicações:

Balancete Financeiro

Janeiro/07..... 24

DIÁRIO Nº 004

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cheida, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Francisco Bühler, Jocelito

Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Mohamad Ali e Ney Leprevost (13).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi e Fábio Camargo (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofício**

OFÍCIO N° 31/07

Curitiba, em 01 de fevereiro de 2007.

Sr. Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia de hoje (01/03/2007), por ter-me submetido a uma pequena intervenção cirúrgica, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos nesta data.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 180

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário votação em bloco para as proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 184

Sr. Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marino João Antonio de Pol, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 185

Sr. Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento de Germano Albino Millarch Júnior, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos, familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a

sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 167

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à S. Exa. Revma. Dom Walter Ebejer, Bispo Emérito de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à S. Exa. Revma. Dom Walter Ebejer, Bispo Emérito de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É deveras um dia de tristeza, o dia de hoje, quando apresentamos este requerimento para saudar S. Exa. Revma. Dom Walter Ebejer, Bispo Emérito de União da Vitória.

Após 26 anos de sacerdócio, entre todos nós de União da Vitória, eis que está de partida para novas paragens.

Ante as forças imensas da natureza, ante os mistérios insondáveis da criação, seu espírito se curva reverente e submisso à procura de uma explicação.

Um ente superior se impõe, então, a sua inteligência. Esse ente que ele sente palpar no seu próprio eu, é Deus.

Curva-se diante desse Ser Todo-Poderoso a prestelhe a sua homenagem de criatura ao criador. Esse ato de submissão, essa confissão de humanidade e dependência é na sua essência o que denomina de gratidão.

S. Exa. Revma. Dom Walter Bispo Emérito de União da Vitória, deixará somente saudades.

*Saudade palavra doce**Traduz tanto amargor**Saudade é como se fosse**O espinho beijando a flor.*

A fama de sua piedade e de sua abnegação ecoou sempre entre nós, não nos sendo, portanto, desconhecida a auréola de santidade que lhe nimba a fronte.

Saudar um Bispo, um Bispo Emérito como S. Exa. Revma. Dom Walter Ebejer, ministro de Deus, é qualquer coisa de tão sublime que somente aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa. Curvo-me, todavia, ante a injunção que me foi imposta para finalizar dizendo: que Deus o acompanhe para sempre, são os nossos votos sinceros.

REQUERIMENTO N° 168

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Guaraqueçaba pela comemoração, no próximo dia 11 de março, de seus 462 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Riad Said Zahqui, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito Sr. Gerce Cunha; bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Guaraqueçaba pela comemoração, no próximo dia 11 de março, de seus 462 anos de emancipação política, cumprimos todo o seu povo ordeiro e trabalhador com votos de muito sucesso.

Pois, é muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do Município.

Temos certeza que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores querem oferecer melhor qualidade de vida para a população, assim sendo, não medem esforços com um trabalho diuturno em favor de sua gente.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo de Guaraqueçaba em geral, no transcurso dos 462 anos, na certeza de que haverá uma sucessão de dias melhores.

REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, votos de congratulações e aplausos a S. Exa. Revma., Bispo João Bosco Barbosa de Souza, nomeado Bispo de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a S. Exa. Revma. Bispo João Bosco Barbosa de Souza.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sua Santidade, o Papa Bento XVI, acaba de nomear o frei franciscano João Bosco Barbosa de Souza, de União da Vitória, em substituição à S. Exa. Revma. Bispo Dom Walter Ebejer, que aos 77 anos de idade apresentou sua renúncia por motivo de idade.

O Revmo. Frei João Bosco Barbosa de Souza, Secretário da Evangelização da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil - atuava também como pároco em São Paulo. Nasceu em 1952, na Cidade de Guaratinguetá (SP), a mesma cidade de Frei Galvão. Em

1978, foi ordenado padre. Morou em Pato Branco entre 1999 e 2003.

Coube-me apresentar este modesto requerimento para saudar S. Exa. Revma. Dom João Bosco Barbosa de Souza, que vai pisar pela primeira vez no solo da Cidade de União da Vitória.

É grande a satisfação que sentimos ao constatar que um prelado da estirpe de S. Exa. Revma. condesce em descer até nós.

Honra-nos, sobretudo, a chegada de S. Exa. Revma. a nós, ovelhas submissas de seu imenso rebanho. Receberemos, pois, como nosso amado pastor e aqui estaremos sempre para receber a sua bênção paternal.

Sucessor dos apóstolos, aqui nos achamos para venerar em sua pessoa, aqueles que Cristo elegeu para lançarem os alicerces da sua Igreja. É S. Exa. Revma. o portador não somente da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A fama de sua piedade e de sua abnegação ecoou até nós, não nos sendo, portanto, desconhecida a auréola de santidade que lhe nimba a fronte.

A ação de S. Exa. Revma. tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, será um penhor seguro de conforto para as almas que se acharão sob sua jurisdição eclesiástica.

Como ovelhas submissas, portanto, estaremos prontos a ouvir sua palavra apostolar, a imitar os seus exemplos, a seguir os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

Seja pois, bem-vindo entre nós, ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, na certeza que se achará entre filhos que estarão ansiosos por lhe demonstrar seu apreço e afetuoso amor filial.

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao pioneiro maringense Antenor Sanches, enviando voto de congratulações em razão da passagem do aniversário do mesmo, que é Presidente da Associação dos Pioneiros e também comemora 60 (sessenta) anos morando em Maringá.

Antenor Sanches, que comemorou 80 anos em 11 de fevereiro de 2007, é pioneiro importante para Maringá, foi Vereador em sete Legislaturas da Câmara Municipal.

As primeiras Igrejas de Maringá, a São Bonifácio e a Capela Santa Cruz foram tombadas e restauradas através de leis da autoria de Antenor Sanches. Tem três livros publicados e tem um programa na TV às 11 horas, na quarta-feira, na TV Comunitária.

É fundador da Associação dos Pioneiros de Maringá, congregando mais de 3.500 cadastrados e faz parte da história de Maringá de forma honrosa.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Rafael Cury, representante legal do Núcleo de Pesquisa Ufológica - NPU, que comemora 25 anos de fundação, realizando importantes estudos e pesquisas que se tornaram referência no campo da ufologia. É reconhecida pela comunidade científica em decorrência dos vários livros publicados com depoimentos de autoridades credenciadas, bem como pelos estudos e pesquisas que visam a busca do conhecimento na área da ciência e espiritualidade, com diversos temas relacionados à ufologia, fenômenos paranormais, astrologia, terapias alternativas e outros. Por realizar um trabalho sério e de confiabilidade, queremos, por meio deste voto de louvor, registrar nos Anais desta colenda Casa de Leis, nosso sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares. Ao homenagearmos o representante legal Sr. Rafael Cury, estamos homenageando a todos os demais colaboradores, augurando-lhes muito sucesso!

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor-Presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, Exmo. Sr. Darci Deitos, solicitando do mesmo a liberação de recursos para resolver o problema da erosão no Parque Alvarado, no Município de Sarandi, divisa com o Município de Maringá.

Trata-se de reivindicação da comunidade de Sarandi, haja vista os transtornos impostos aos moradores da região, conforme correspondência anexa.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Solange do Nascimento, residente à Rua Pedro Mocelin Gasparin nº 135 - Bairro Santa Felicidade, que pede, em regime de urgência, uma solução quanto ao problema referente à rede coletora de esgotos da rua em que reside. Afirma a Sra. Solange, que há 04 (quatro) meses vem pagando pelo benefício, porém o mesmo não existe. Em contato telefônico com a SANE-

PAR para anular o pagamento do benefício que não dispõe, lhe informaram que deve continuar pagando até que seja provada a inexistência do mesmo. Face ao exposto e sentindo-se lesada com tal situação, pede agilização na solução do problema. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente através do telefone 3364-0425.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR:

- Qual a natureza jurídica da COHAPAR?

- Qual a participação do Estado na constituição do capital da empresa?

- Anexar o plano de cargos e salários da empresa e suas modificações nos últimos cinco anos.

- Foram criados novos cargos no último ano?

- Foi criada a Diretoria de Assuntos Comunitários?

Quando, quem a ocupa?

- Qual a remuneração do referido cargo?

- Informar quem ocupa os cargos de Diretoria, Gerência e Assessoramento da referida empresa, e quando ocorreu sua contratação, bem como o valor bruto recebido nos últimos quatro anos.

- Qual a projeção dos impactos financeiros provocados pelos aumentos de salários concedidos no lucro da empresa?

- Qual a situação financeira da empresa? Tem apresentado lucros ou prejuízos nos últimos exercícios (cinco)?

- A companhia vem atendendo a determinação de reserva especial de casas para mulheres chefes de família, conforme o contido na Lei Estadual nº 15.301/06?

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 059**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, criar convênio junto com os Municípios turísticos para exibirem em suas salas de projeções de filmes - cinemas - em todo o Estado, material áudio-visual para ser inserido antes de cada uma das sessões.

Art. 2º As Prefeituras, através de seus órgãos, enviarão para a Secretaria de Turismo o material que julgar ser de boa qualidade para a divulgação do turismo local.

Parágrafo Único. Poderão as Prefeituras locais firmar convênios com a iniciativa privada, desde que o material seja somente de cunho publicitário/turístico.

Art. 3º A duração de cada filme ilustrado não poderá ser inferior a dois minutos nem superior a cinco minutos, podendo vários Municípios agrupar o conteúdo a ser mostrado.

Art. 4º As inserções do material apresentado deverão percorrer todos os cinemas do Estado do Paraná.

Art. 5º O controle e fiscalização ficarão por conta da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná.

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação revogando-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Desde os tempos primórdios, a paixão pelo turismo sempre esteve presente no ser humano. Lemos passagens interessantes onde nossos antepassados vagavam de um lado para outro, às vezes na companhia de um camelo, outras vezes a pé, porém, a vontade de conhecer novos horizontes fizeram destes homens verdadeiros aventureiros e junto deles a notícia, o intercâmbio e o conhecimento.

A evolução, após milênios, tornou menos penoso este prazer de conhecer o desconhecido. Como se vê, o turismo nasceu por prazer e pela necessidade de comunicar-se com seus semelhantes, e hoje não tenho dúvidas em afirmar que é a maior fonte de riqueza que uma nação pode explorar. Não polui, é ecológico, não agride o meio ambiente, traz divisas e empregos.

A divulgação da riqueza turística é de suma importância, inclusive para ser divulgada em salas de aula, onde os mestres deveriam tecer comentários a respeito do assunto e incentivar tarefas numa corrente que envolva outros segmentos.

O Paraná é, foi e será, palco dos acontecimentos culturais, das manifestações políticas, artísticas e desportivas, mas o interior do Estado surge também como alternativa desses eventos e é preciso divulgar.

Nobres Pares, a parceria do Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Turismo, no sentido de interiorizar o turismo, fazendo inserções nas salas de projeções de filmes (cinema), mostrando o manancial de riqueza turística que tem em quase todas as regiões, seria de grande valia para que o povo do Paraná conhecesse melhor seu Estado.

Entendo, Srs. Deputados, que estaremos resgatando o que temos de melhor no Estado que é o turismo, além de estarmos fixando o homem em sua terra natal, o homem do campo terá maior prazer em ver sua mercado-

ria sendo escoada na própria Cidade para os hotéis e restaurantes. Ganham os empresários, ganha o Município, ganha o Estado, ganha o povo.

PROJETO DE LEI Nº 060/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As escolas públicas e privadas realizarão, no decorrer do ano letivo, campanhas “antidrogas”, objetivando transmitir ensinamentos sobre os entorpecentes e similares, abrangendo conceitos, aplicações, usos e efeitos, aspectos medicinais e delituosos.

Art. 2º Nas campanhas “antidrogas” serão realizados debates, palestras, seminários, encontros musicais e de teatros, e atividades interdisciplinares.

Art. 3º Para participar das campanhas “antidrogas” serão convidados:

- I - comunidade escolar;
- II - pais dos alunos;
- III - médicos e profissionais da saúde;
- IV - Secretaria da Saúde Estadual e Municipal;
- V - Promotoria Pública;
- VII - Polícia Civil e Militar; e
- VI - Conselho Tutelar.

Art. 4º As escolas poderão incluir na avaliação do aluno as competências e habilidades desenvolvidas no decorrer das campanhas.

Parágrafo Único. Os alunos receberão certificado de participação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O projeto foi elaborado com o objetivo maior de discutir um problema real, que para ser evitado deverá ser, antes de tudo, conhecido. Palestras, discussões e debates entre jovens, principais vítimas das drogas - técnicos no assunto, além de pais e professores, será o primeiro passo para conhecer melhor as abrangências deste grave problema social.

As campanhas antidrogas servirão como estímulo aos jovens para a sua própria preservação a este mal, propagando-se entre pais e professores, principais orientadores da juventude e, assim, difundindo-se na comunidade como um todo.

Acredito que o presente projeto, se aprovado, poderá auxiliar e complementar a educação dos jovens, a quem devemos assistência e orientação, para garantirmos um futuro de maior tranquilidade e paz.

PROJETO DE LEI N° 061/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° As sociedades em que o Estado tenha participação, direta ou indireta, e que tenham mais de 40 (quarenta) empregados em seus quadros funcionais, ficam obrigadas a manter como empregados contratados, no mínimo, 5% (cinco por cento) de pessoas com idade acima de 45 (quarenta e cinco) anos, obedecido o princípio do concurso público.

Art. 2° Nas licitações para a contratação de serviços que prevejam o fornecimento de mão-de-obra, constará cláusula que assegure o mínimo de 5% (cinco por cento) da totalidade das vagas para pessoas com mais de 45 (quarenta e cinco) anos.

Art. 3° Ficarão excluídas do artigo anterior, as atividades que o candidato à vaga, não tiver condições físicas para exercê-la.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Sabedores que somos da crise que assola o País e também o mercado de trabalho, tentamos através deste projeto amenizar o sofrimento de pessoas que possuem uma idade mais avançada para conseguir um trabalho.

Com o avanço da tecnologia, muitos foram os setores que trocaram a mão-de-obra humana por robôs, máquinas e computadores, tornando-se assim escasso o mercado de trabalho, principalmente para quem já tem idade avançada, assim sendo, devemos ser capazes de encontrar soluções, criando novas frentes de trabalho com intuito de minimizar o impacto vertiginoso do desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso é indispensável que seja concedida esta oportunidade às pessoas nessa faixa etária.

PROJETO DE LEI N° 062/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Prevenção e Conscientização do Alcoolismo Juvenil no Estado do Paraná.

Art. 2° O Programa de Prevenção e Conscientização do Alcoolismo Juvenil terá como finalidade treinar professores das redes pública e privada, do ensino médio para que atuem como agentes, visando a prevenção do alcoolismo juvenil.

Art. 3° O Poder Executivo desenvolverá e/ou incentivará, os eventos voltados à Prevenção e Conscientização do Alcoolismo Juvenil, dentre os quais:

I - capacitação de pessoal de forma ampla e contínua, visando tanto a reflexão teórica quanto a transmissão de conhecimentos temáticos e técnicos;

II - convênios com instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades culturais e/ou educacionais, visando à prevenção e conscientização do uso do álcool;

III - concurso de redação entre alunos da rede estadual de ensino;

IV - elaboração de material didático sobre o álcool e seus efeitos, composto de apostilas.

Art. 3° As disposições desta lei integrarão o planejamento educacional e pedagógico do Paraná.

Art. 4° O Poder Executivo regulamentará as disposições desta lei.

Art. 5° As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Estado; ficando o Governador autorizado a abrir créditos suplementares ou adicionais.

Art. 6° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A Organização Mundial de Saúde considera o alcoolismo como a doença que mais mata no mundo. Como prevenção têm se mostrado um método eficaz de atuação em diversos problemas de saúde pública, acreditamos que ações direcionadas aos alunos do Ensino Médio, refletirão de uma maneira positiva quando os mesmos estiverem cursando a universidade ou inseridos no mercado de trabalho.

A adolescência, quando geralmente ocorre o primeiro contato com as drogas, é a etapa mais vulnerável do desenvolvimento humano. As instituições de ensino não podem ficar omissas a esta realidade, devendo se preparar não só para a formação intelectual como também para fornecerem a seus alunos informações que os ajudem em sua prática social global. Aliados ao uso do álcool podem estar também associados outros vícios, bem como, violência, estupros e acidentes.

Trabalhando com alunos do Ensino Médio a intervenção preventiva ocorrerá, num momento onde os danos, na maioria dos casos, ainda não ocorreram.

A comunicação em suas mais variadas matizes, insere-se num processo contínuo de disseminação do saber: da informação e da conscientização das pessoas enquanto seres sociais, políticos e históricos. Portanto, deve fazer-se presente nas discussões tangentes às problemáticas de nossa sociedade, como o alcoolismo, que

não é um assunto só do Brasil, mas de âmbito mundial. Porém, no Brasil assume um aspecto diferenciado de outros países, pois, como as nossas leis vigentes a respeito de consumo e venda de álcool para adolescentes são ineficazes, delinea-se um quadro bastante caótico e preocupante frente ao crescente alcoolismo juvenil. O consumo de bebida alcoólica é uma opção de lazer que pode facilmente ser aliada às outras opções. Existe claramente uma cultura de que os encontros têm de ser regados com bebidas alcoólicas pelo seu caráter transgressor que atrai os jovens e por ser um desinibidor que abre portas e integra o indivíduo ao grupo, como se fosse um ritual de iniciação. Sabemos que hoje o adolescente é alvo de muitas publicações que tratam dos mais diversos temas como música, sexualidade, comportamento, etc. Há jornais de grande circulação que encartam semanalmente um suplemento destinado a esse público.

As drogas ilícitas estão incluídas na lista de temas abordados para tal segmento.

Resta-nos saber se o abuso de bebida alcoólica é abordado nesses suplementos e com que linguagem, ou seja, de que maneira se faz uso desse veículo para fins de prevenção ao alcoolismo juvenil. Há um mascaramento, uma dissimulação velada a respeito da droga lícita, o álcool, reforçado por um ritual de apoio ao primeiro porre e posteriormente o beber socialmente. Não se vêem campanhas contra o álcool nas escolas, universidades, e quando ocorrem, como no período do carnaval, enfatiza-se o perigo de dirigir alcoolizado: “Você pode beber, desde que outra pessoa dirija”. É sempre o estímulo ao ato de beber. Chega-se ao ponto de usar como estratégia um comportamento seguro para vender bebida alcoólica, esse é o caso do anúncio em outdoor de uma cachaça muito conhecida. “Usar cinto de segurança é uma boa idéia”. Para a professora do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, Beatriz Carlini Cotrim, o consumo de álcool aumentou entre os jovens e os pais não impõem proibições e limites aos seus filhos: “a sociedade ficou traumatizada com a ditadura e hoje tem dificuldades em estabelecer certas normas” (site do alcoolismo). Enfim, os pais deveriam se conscientizar que o álcool já é avaliado como a real porta de entrada para o mundo das drogas e os jovens precisam ser orientados a adotar um estilo de vida com menos riscos e um cuidado especial com a saúde.

Esse trabalho pretende atingir a cultura do uso da bebida alcoólica no universo jovem através do discurso de adidos jovens em recuperação de um grupo de Alcoólicos Anônimos e a abordagem do tema em suplementos para jovens que circulam em grandes jornais do Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As estatísticas mostram que o álcool é de longe, a mais perigosa das drogas, responsável por 90% das internações em hospitais psiquiátricos, responsável, ainda, por 45% dos acidentes com jovens entre treze e dezenove anos e por 65% dos acidentes fatais. Provocando 350 tipos de doenças físicas ou psíquicas.

Portanto, não há necessidade de ser um matemático para que se perceba o engano ao afirmar-se que os viciados em drogas lícitas também representam um caso grave de saúde pública. O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas - CEBRID, diz que de 15.503 estudantes entrevistados nas Capitais do País, 53,2% consomem álcool e 6% são dependentes. Depois de beber, 11% envolvem-se em brigas e 19% faltam à escola. Em outra pesquisa do CEBRID, publicada na Folha de São Paulo, aponta que a faixa etária que apresenta maior índice de dependência de álcool entre homens (18,2%) é de dezoito a 24 anos. Essa é a idade que vê menos riscos em tomar um ou dois drinks por semana.

O consumo de bebidas alcoólicas é tão comum que muitas pessoas não imaginam que elas são drogas potentes. A relação entre álcool e câncer tem sido avaliada no Brasil, por meio de estudos de caso-controle, que estabelecem a associação epidemiológica entre o consumo de álcool e cânceres da cavidade bucal e de esôfago. Além de agente causal de cirrose hepática, em interação com outros fatores de risco, como por exemplo, o vírus de hepatite B. O alcoolismo está relacionado a 4% das mortes por câncer, implicado que está, também, na gênese dos cânceres de fígado, reto e, possivelmente mama. Os estudos epidemiológicos têm demonstrado que o tipo de bebida (cerveja, vinho, cachaça, etc.) é indiferente, pois parece ser o etanol, propriamente, o agente agressor. Essa substância psicoativa tem a capacidade de produzir alteração no sistema nervoso central, podendo modificar o comportamento dos indivíduos que dela fazem uso. Por ter efeito prazeroso, induz à repetição e, assim, à dependência.

Esse aspecto endêmico tende a piorar se pensarmos que o álcool faz parte de um mundo simbólico, bacariano de iniciação à vida adulta, sendo estimulado até em momentos ditos familiares como festas infantis, quermesses de igreja, Natal. E o que dizer em festas de caráter profano como o carnaval. O estímulo está em toda a parte, na televisão como os anúncios das famigeradas cervejas - há até o dia da cerveja - em outdoors, revistas, músicas.

É o poder do dinheiro, do patrocínio das cervejarias em eventos culturais, esportivos - é o paradoxo do paradoxo. Segundo Dra. Cotrim, “o marketing hoje é voltado para conquistar um público jovem”. O álcool é a droga que mais vicia no mundo, em termos de número de pessoas viciadas, a substância é livremente anunciada em toda a mídia, rádios, televisão e revistas. E o que nos parece mais importante: é exibida como um troféu, parte essencial dos momentos de prazer, vinculada a sucessos financeiros e acertadas decisões. O álcool é um grande negócio. A receita dessa indústria gera milhões anuais no Brasil e a partir do marketing criam-se imagens sedutoras, procurando encobrir os efeitos destruidores que o alto e freqüente consumo trazem.

A partir de um projeto do professor Dr. Vigneron da Universidade Metodista de São Paulo - “O papel da

comunicação na prevenção do alcoolismo juvenil, na recuperação dos sujeitos alcoólicos jovens no contexto das organizações educacionais” - analisar-se-á o papel da comunicação na prevenção do alcoolismo juvenil, assim como, assertivas sobre o assunto em questão.

Faz-se necessário definir-se o alcoolismo. Para o leigo é um vício, palavra preconceituosa que provoca a rejeição do sujeito alcoólico. O verbete - do Dicionário Aurélio - vício tem uma conotação negativa muito forte; para comprovar este fato basta ler as definições propostas pelo dicionário da língua portuguesa: “1 - defeito grave que torna uma pessoa ou coisa inadequada para certos fins ou funções”. 2 - Inclinação para o mal (nesta acepção, opõe-se a virtude). 3 - Costume de proceder mal; desregramento habitual. 4 - Conduta ou costume censurável ou condenável; libertinagem, licenciosidade, devassidão. 5 - Qualquer deformação física ou funcional. 6 - Costume prejudicial”. Quando se fala de alcoolismo, esta carga negativa é muito forte e aumenta o grau de rejeição do sujeito alcoólico. As associações que trabalham na prevenção do alcoolismo e na recuperação do sujeito alcoólico, tais como Alcoólicos Anônimos-AA, Croix d’Or e outras, consideram o alcoolismo como uma doença: O alcoolismo, segundo Croix d’Or, constitui progressivamente uma doença caracterizada por uma fragilização do indivíduo antes de atingir uma fase verdadeiramente patológica. Esta fase é precedida de um longo período de distorção que evolui lentamente para a inadaptação e depois pela regressão, para no fim chegar a uma estruturação anárquica no qual o fim é a demência ou obusão intelectual e a catástrofe econômica.

Em termos de comunicação talvez um dos melhores trabalhos sobre o alcoolismo que encontramos no Brasil é a biografia de Garrincha - Estrela Solitária - escrita por um dos grandes jornalistas brasileiros, Ruy Castro. Na orelha do livro lemos: *Estrela Solitária é uma história de amor, um romance de ação, um documentário social, um drama sobre o alcoolismo, um livro para ser lido com a mesma emoção com que foi escrito.* O alcoolismo de Garrincha tem sua origem na própria cultura da cachaça. Desde cedo ele foi tratado com o cachimbo: mistura de cachaça com mel de abelhas e canela em pau, posta para curtir numa garrafa envolta de cortiça e pendurada numa viga do teto. O pai certificava antes se a cachaça era da boa. O cachimbo não era usado para fins recreativos ou embriagantes, pelo menos não de propósito, mas medicinais. As mulheres o tomavam durante a gravidez. Depois do parto, continuavam tomando-o enquanto durasse o resguardo. Adultos e crianças o tomavam como purgante, xarope, fortificante e para combater gripes, lombrigas, coqueluche, asma e dor de dentes. Aos bebês era dado até como tranqüilizante; uma ou duas colheres antes de dormir para não terem sonhos agitados. Graciliano Ramos admite, em infância, ter sido embriagado muitas vezes dessa forma. Amaro, o pai de Garrincha, foi criado a cachimbo e o próprio foi criado do mesmo jeito. Assim começou o drama da Estrela Solitária.

O alcoolismo é uma realidade complexa e dramática. O alcoolismo é vício, doença, dependência, sofrimento? Michel Legrand quando fala do álcool o compara com “o Diabo e o Bom Deus”, lembrando o existencialismo de Jean-Paul Sartre: - O álcool é conhecido, fabricado e consumido desde tempos imemoriais; é espalhado em todos os recantos do planeta no horizonte da humanidade. Como entender, que na sua substância, tem alguma coisa de pouco comum. Alguma coisa de extraordinário, com que sem dúvida pode rivalizar nenhuma droga. O que é? Sua infinita agilidade, sua prodigiosa variedade e heterogeneidade de expressões de paladares, de efeitos. Pode ser celebrado como um favor dos deuses ou ser odiado como um malefício, obra de Satanás. Pode se consumir pouco, nada, muito, apaixonadamente, até a loucura. Para uns exalta a alegria, para outros mergulho na tristeza; para uns torna carinhoso e afetuoso, para outros exacerba a violência; para uns exalta, para outros deprime; para uns levanta até o céu, para outros torna o homem bicho. Talvez ainda opera tudo isso. De um momento para outro, num turbilhão desenfreado, muda, modifica os seus efeitos: exaltação, euforia, depressão, tristeza, raiva, medo, remorso, vergonha. Por que e como se abster? Mas também como não ter medo, quando do consumo desencadeia num mal-estar autodestruidor do funcionamento alcoólico? Talvez por tudo isso quem não passou pelo drama e o sofrimento do alcoolismo não entenderá esta problemática. Nota-se na explanação conceitual e reflexiva do professor Dr. Vigneron: a necessidade iminente da comunicação como viabilizadora de um processo construtivo da conscientização dos sujeitos alcoólicos. Segundo a OMS há de se considerar como mais propenso ao uso das drogas o adolescente. Sem adequadas informações sobre o efeito das drogas, com saúde deficiente, insatisfeito com sua qualidade de vida, com personalidade deficientemente integrada, com fácil acesso às drogas.

Segundo um levantamento feito em 1997, o álcool é a droga mais consumida pelos jovens. De 2730 alunos de escolas públicas da Capital ouvidos, 74% experimentaram álcool, pelo menos uma vez. As taxas de reprovação coincidem com a intensidade do uso. Quem bebe mais, leva mais bomba na escola. Ao contrário do que se imagina, o álcool, e não a maconha, é a principal porta de entrada para as drogas mais pesadas. Aponta também para o meio propício para a busca de transgressões por parte dos jovens.

PROJETO DE LEI Nº 063/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Determina a construção de banheiros (masculino e feminino) pelas Concessionárias de Estradas de Rodagem para utilização dos usuários da via pedagiada no Estado do Paraná.

Art. 2º As Concessionárias de Estradas de Rodagem pedagógicas terão prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem a presente lei.

Art. 3º A não observância ao determinado no *caput* do artigo 1º, sujeitará a Concessionária de Estradas de Rodagem a multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Art. 4º O Poder Executivo fará a regulamentação desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente lei visa em especial garantir ao cidadão o conforto necessário a realização de suas necessidades fisiológicas, sem que se sinta constrangido em ter de estacionar o seu veículo no acostamento das estradas que, além do risco em ser abordado por algum amigo do alheio, se vê obrigado à exposição de parte de seu corpo, a fim de solucionar uma indisposição eventual em plena via pública e, em especial crianças e idosos.

PROJETO DE LEI Nº 064/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Projeto "A Casa do Vestibulando", consistente na instituição de cursos pré-vestibulares gratuitos, destinados aos estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Art. 2º Os cursos de que trata esta lei poderão ser organizados e mantidos:

I - diretamente pelo Poder Público;

II - pelas seguintes entidades, isoladamente ou em conjunto:

a) de representação discente;

b) de representação docente;

c) de representação de diretores;

d) associações de pais e mestres;

e) organizações não-governamentais;

Parágrafo Único. Fica assegurada, às entidades arroladas no inciso II, a participação no planejamento e prestação das atividades dos cursos de que trata esta lei, quando mantidos diretamente pelo Poder Público.

Art. 3º Serão concedidos incentivos fiscais e jurídicos que, através de doações ou patrocínios, destinem recursos ou que de outra forma contribuam para a implantação e manutenção dos cursos de que trata esta lei.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Educação, ouvido o Conselho Estadual de Educação, e observado o disposto no decreto de regulamentação desta lei:

I - editar normas relativas aos aspectos disciplinares e pedagógicos dos cursos de que trata esta lei;

II - estabelecer os requisitos a que as entidades enumeradas no inciso II do artigo 2º deverão atender, para organizar os cursos de pré-vestibulares gratuitos, ou deles participar;

III - observados os requisitos a que se refere o inciso anterior, proceder ao credenciamento das entidades aptas, bem assim ao desc credenciamento das que não os atendam.

Art. 5º É vedada a cobrança de qualquer taxa, inclusive de matrícula, dos estudantes a que se destinam os cursos de que trata esta lei.

Parágrafo Único. Sem prejuízo de outras penalidades, o descumprimento do disposto no *caput* implicará o desc credenciamento da entidade infratora.

Art. 6º Os cursos de que trata esta lei deverão ser amplamente divulgados para a comunidade escolar dos estabelecimentos da rede pública de ensino.

Parágrafo Único. O texto integral desta lei deverá ser afixado, com destaque, nas dependências dos estabelecimentos a que se refere o *caput*.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa uma ação conjunta de toda a sociedade e o Poder Público local, que não pode ficar indiferente a esta situação. O objetivo principal é poder criar condições, para os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino para pleitearem vagas oferecidas pela Instituição de Ensino Superior, combatendo assim uma das formas de desigualdades sociais, que hoje se apresenta à população que está nas escolas públicas, facilitando assim o acesso à universidade, através da melhor preparação dos vestibulandos.

PROJETO DE LEI Nº 065/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Lixo Reciclado na Escola, a funcionar nas escolas da rede pública estadual, visando a educação ambiental e a formação de cida-

dãos engajados na transformação das relações da sociedade com o meio ambiente.

Art. 2º O Programa Lixo Reciclado na Escola, consiste na implantação de sistema de coleta seletiva de resíduos recicláveis nas dependências da escola, sob a orientação da direção da escola, professores e demais funcionários.

§ 1º As atividades didático-pedagógicas fundamentadas na educação ambiental consistem em ações por parte dos professores, que possibilitem a compreensão do gerenciamento do programa, bem como a implementação do processo da coleta seletiva e a sua viabilidade econômica, estimulando, ainda, a apresentação de trabalhos, por parte dos alunos, envolvendo o tema.

§ 2º Caberá ainda aos professores, de forma interdisciplinar, dar ênfase à educação ambiental, podendo contar com a participação de outros órgãos do governo e Organizações Não Governamentais.

Art. 3º O processo de coleta seletiva a que se refere esta lei, consiste na separação de materiais descartados, tais como papel, papelão, plástico, alumínio, vidro, etc. e seu armazenamento em recipientes dispostos no interior das escolas, em local de fácil acesso para sua posterior comercialização.

Parágrafo Único. Os recipientes a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser utilizados para armazenar o lixo, de forma separada, identificados com as cores padronizadas para reciclagem, na forma abaixo:

- I - verde, para armazenamento do vidro;
- II - azul, para armazenamento de papel e papelão;
- III - vermelha, para armazenamento dos plásticos;
- e
- IV - amarela, para armazenamento dos alumínios.

Art. 4º Ao início de cada ano letivo, será formado um Conselho do Lixo em cada unidade escolar, com o objetivo de discutir e planejar as ações a serem desenvolvidas, e visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da participação no Programa.

Art. 5º Compete ao Conselho do Lixo, juntamente com a direção da escola, apresentar, semestralmente, o balanço financeiro do produto obtido com o material reciclado.

Art. 6º Caberá ainda ao Conselho do Lixo:

- I - planejar e executar ações com o objetivo de recolher materiais recicláveis junto à comunidade, a qual a escola esteja instalada;
- II - promover atividades didático-pedagógicas com o propósito de difundir a educação ambiental dentro e fora da escola;
- III - participar e organizar, junto à comunidade, ações referentes à conservação e preservação do meio ambiente;

IV - instituir o espaço físico que será destinado ao armazenamento dos materiais recicláveis recolhidos pelos alunos, bem como os doados pela comunidade;

V - manter controle da quantidade e dos tipos de materiais recicláveis que entram no recinto escolar;

VI - organização de gincanas ecológicas interclasses com o objetivo de ampliar a participação dos alunos na coleta de materiais recicláveis.

Art. 7º O lucro financeiro obtido com a comercialização do lixo será revertido em material didático-pedagógico, de informática e benfeitorias para a própria escola.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A criação do Programa Lixo Reciclado na Escola visa conscientizar os alunos da Rede Pública Estadual, para a necessidade de preservação do meio ambiente, integrado à comunidade escolar: pais, alunos e profissionais de educação, na busca do desenvolvimento sustentável ambiental.

Um dos objetivos do projeto é manter uma melhor organização do ambiente escolar, bem como obter recursos financeiros com a venda do material reciclado, e que esses recursos sejam revertidos na compra de material didático-pedagógico, informática e em benfeitorias para a própria escola.

Por esses motivos, requer o apoio dos nobres Deputados dessa Casa Legislativa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, no horário do Pequeno Expediente.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, meus colegas Deputados, vamos falar e aproveitando essa manhã em que pese aqui não a Organização das Nações Unidas, nem mesmo o próprio Congresso Nacional do nosso País, mas um assunto relacionado ao Brasil e Bolívia, Sr. Presidente Nelson Justus, que certamente vai ser alvo de grande especulação e grande comentário por parte do noticiário em todo o território brasileiro e uma certa repercussão no noticiário internacional.

Quando se fala em Bolívia e quando se fala em Evo Morales, evidentemente um jovem Presidente está procurando o melhor para sua Nação. Mas nós temos que lembrar também, quando se fala da tentativa do Presidente Evo Morales de aumentar o preço do gás que fatalmente irá atingir a economia brasileira, quem sabe até

provocando uma aceleração no ritmo inflacionário do nosso País, porque o gás custando mais caro para o consumidor, fatalmente refletirá no bolso dos consumidores brasileiros, gerando uma inflação ainda maior. Esse gasoduto Bolívia-Brasil, é bom lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Brasil investiu mais ou menos dois milhões de dólares, quase cinco bilhões de reais para a construção desse gasoduto Bolívia-Brasil. A notícia que vem da Bolívia é de que o Presidente Evo Morales vai nacionalizar a PETROBRAS. O Governo brasileiro investiu no imposto pago por nós brasileiros um bilhão e meio de dólares na refinaria da PETROBRAS na Bolívia.

São quase três bilhões de reais que o Governo investiu na construção da PETROBRAS que vai ser nacionalizada pelo Presidente Evo Morales, mas, quase cinco bilhões de reais no gasoduto que o Brasil pagará mais caro pelo gás.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, não é gasoduto que me traz à tribuna, não é a nacionalização da PETROBRAS, mas sim uma medida do Presidente da República aprovada ontem pela Câmara dos Deputados reunidos em Brasília. Com tanta miséria no nosso Brasil, desemprego, pedintes, entidades assistenciais à beira da falência, sem recursos para atender pobres, mendigos, deficientes, dependentes químicos, milhares e milhares de brasileiros, até passando da casa de milhão, lutando desesperadamente para conseguir um pedaço de terra, em busca da reforma agrária prometida há muitos anos, pelas autoridades que já governaram e que hoje governam o nosso País. E, de repente, Presidente Nelson Justus, nosso Governo brasileiro, instalado em Brasília, num ato de generosidade, está doando a fundo perdido para a Bolívia, dinheiro de todos nós, brasileiros - passem, senhoras e senhores - vinte milhões de reais, a fundo perdido, para fazer reforma agrária na Bolívia!

Bom, mas, e as brasileiras e brasileiros que estão invadindo fazendas, estão acampados às beiras das rodovias, reclamando a reforma agrária tão prometida e que é muito modesta, caminha em ritmo de tartaruga? É deplorável, Presidente Nelson Justus, nós nos sensibilizamos com a miséria que campeia na Bolívia, que campeia nos Países da América do Sul e no globo terrestre, como um todo, mas primeiro nós temos que nos preocupar com a miséria que está aqui, muitas vezes pelos corredores da Assembléia. Quanta gente batendo às portas dos gabinetes de Deputadas e Deputados, implorando por um almoço, por uma passagem, por um remédio, por um socorro financeiro. A miséria está inclusive bem pertinho de todos nós.

E, de repente, os Srs. Deputados brasileiros aprovaram esta medida tão generosa, para querer resolver o problema da reforma agrária de um País chamado Bolívia, quando deveriam se preocupar primeiro em resolver o problema da terra para quem ainda não tem terra, no Brasil. É triste ver levar o dinheiro do Brasil para resolver reforma agrária na Bolívia.

E aqui, o brasileiro quase sem esperança, clamando por um pedaço de terra, para poder plantar, para poder sobreviver com o suor do seu trabalho.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Com alegria voltamos a esta tribuna - eu e o Deputado Belinati estamos fazendo uma concorrência para ver quem fala mais, ou eu ou o Belinati - claro que o Belinati tem mais experiência que eu, é mais viajado, eu estou um pouco abaixo, mas todo dia vamos fazer nosso comunicado, aqui.

Primeiramente, Sr. Presidente, queria agradecer a V. Exa. em nome do vosso pai, pela colaboração que está dando ao nosso Operário, de Ponta Grossa; V. Exa. que tem raízes em Ponta Grossa. Isso nos enche de orgulho, saber que V. Exa. - e aqui está presente nosso amigo Sama (*sic*) que está ajudando também, está ali o ex-Vereador Leopoldo Cunha, um batalhador pelo futebol de Ponta Grossa - e queremos agradecer a V. Exa. por ser um grande colaborador do nosso Operário. O Operário agradece. É um time simples, mas tem sua ajuda pessoal. Eu tenho certeza que só sua ajuda pessoal, colaborando, já vai ajudar. Assim como os demais Deputados: Plauto Miró, presente também; colaborando neste empreendimento que visa fazer voltar a ter um time na primeira divisão, se Deus quiser, ano que vem.

Há uma cultura esportiva em Ponta Grossa, que é uma das poucas Cidades do Paraná que não tem um time profissional. Mas, estamos fazendo um trabalho difícil lá, com muita dificuldade, manter um time hoje. Mas, este ano o Presidente Moura teve uma idéia boa, ele programou a segunda divisão com atletas até 23 anos. Então, isso dá uma tranquilidade porque evita de virem àqueles figurões de fora. Você pode ficar com jogadores de casa e com a garotada jovem, que é o grande futuro do futebol brasileiro, hoje. Então, o Presidente Moura fez algo importante para o futebol do Paraná, neste momento, quando ele coloca os garotos até 23 anos para participar da segunda divisão.

Nós estamos numa empreitada bem rigorosa, mas contamos com a ajuda de toda comunidade. Não é um projeto político de ninguém, é um projeto cultural e esportivo da Cidade de Ponta Grossa. Até porque Ponta Grossa tem uma camisa, tem uma história no futebol, que é o Operário Ferroviário. Nós estamos com a ajuda de muitos amigos, companheiros, pessoas que gostam da Cidade, tentando fazer o Operário voltar para a primeira divisão. Só a tentativa já é válida.

Queremos agradecer a todos aqueles que estão nos ajudando, porque não precisa loucura, mas se todo mundo ajudar um pouquinho as coisas vão acontecer. Então, por isso, meu agradecimento ao nosso ilustre Presidente. Se não me falha a memória, vosso pai jogou no Operário, Presidente? Andou jogando pelas bandas de Ponta Grossa? Andou por lá, não é?

Presidente, nós vamos reativar o nosso time da Assembléia. Já na próxima semana vamos ter um jogo. Quero pedir aos Deputados que compareçam aos jogos, porque tem uns que se comprometem e não vão, como o Alexandre Curi, que marca e depois não vai, e é um bom jogador, esse que é o problema.

Nosso time, agora, reforçado. Perdemos o Ratinho, que era um bom jogador, mas ganhamos o nosso Edgar Bueno, um bom jogador. Não sei se o Cheida joga. O Péricles não joga nada. Esses japoneses aí - um dos três tem que jogar bola, pelo menos para pagar a conta no final da festa. Durval joga mais ou menos. Temos o Welter que é um grande jogador, nosso zagueiro titular. O Presidente joga muito bem. Outro dia, fizemos um jogo, à noite, em Guaratuba, e o Presidente deu um show, fez o impossível. Então, aviso aos Deputados que jogam bola que nós vamos reativar o time da Assembléia para jogar na região e, depois, fazemos um enorme encontro com os companheiros Vereadores da região.

A minha grande esperança, Sr. Presidente, é que no passado, aqui nesta Casa, tínhamos apenas um japonês que não jogava bola, agora, temos três japoneses. Espero que de cada três japoneses tenha pelo menos um que jogue bola, já vai dar uma ajuda para nosso time da Assembléia. O Belinati vai ser o nosso técnico, até por que ele tem uma grande experiência nessa área esportiva.

Deixando de lado a questão do nosso time, quero falar um pouquinho de um problema que o Paraná vem sentindo, vem sofrendo. Tenho cobrado do Governo a questão do Instituto Médico Legal, não só de Curitiba. O de Curitiba é o pior do Paraná, mas depois vem o de Ponta Grossa, de Londrina, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Cascavel e outros lugares. Nós precisamos ter o devido respeito para com o Instituto Médico Legal.

Todo mundo acha que o lugar mais triste de uma Cidade é o cemitério, eu acho diferente, acho que o lugar mais triste de uma Cidade é o Instituto Médico Legal porque, naquele momento, uma família comunicada, às vezes de madrugada, à tarde, de manhã, precisa ir ao Instituto Médico Legal fazer o reconhecimento de um corpo, porque alguém morreu ou acidentado ou em um crime, pode ser um assalto, alguma coisa parecida. Então, nos IMLs do Paraná, hoje, está faltando tudo: pessoal, médico.

Tem Instituto Médico Legal que a partir da meia-noite não libera nenhum corpo. Chegou a meia-noite pára o atendimento e só retoma no outro dia, às 08h da manhã. Aí uma família informada que teve um acidente, às 21h, até o IML ir lá buscar o corpo ou, às vezes a funerária da região já está informada que só pode vir no outro dia,

aquele corpo fica lá, às vezes estendido, esperando a hora que o IML vem buscar e, depois disso, vem aquele momento tão difícil que aquela família passa pelo sofrimento de ser comunicada, passa a noite com ansiedade, a família em pânico porque só no outro dia vão liberar o corpo.

Isso precisava acabar no Paraná.

E o que mais nos deixa triste: quando é alguém importante, o corpo é liberado ligeirinho. Quando morre alguém que é importante, se faz o lobby e o corpo é liberado às vezes em uma hora, duas horas. Agora, quando é uma pessoa humilde, o sofrimento é de passar a noite toda o corpo no Instituto Médico Legal. O Deputado que vive na base, que está sempre presente é muito acionado. Às vezes me ligam de madrugada: “Olha tem um corpo aqui, a família está em pânico, o que fazer?” Aí começamos a brigar com todo mundo, com o chefe do IML, com o médico para ir lá liberar o corpo, porque uma família está em pânico e nenhuma família aceita que o corpo vai ficar oito horas estendido lá esperando a boa vontade do médico. E os médicos dizem: “Não, é que tem que fazer o exame correto”. A grande maioria dos acidentes não tem que fazer nada, o médico só vai dar uma olhadinha, dar o laudo e acabou. Quem é médico sabe disso. O IML é mais restrito em outros casos.

Estou aqui fazendo mais uma vez essa colocação, está faltando gente, faltando estrutura, faltando tudo no IML do Paraná. E é o lugar mais triste de uma Cidade, é um sofrimento. Precisamos que o Governo tenha mais atenção porque é um momento de dificuldade que as famílias estão passando.

Por isso, peço ao Governador Requião, ao Secretário Delazari que é o responsável pelo IML: Vamos organizar. Quantos IML tem no Paraná? Acho que não tem nem uma dúzia. É tão difícil organizar para acabar esse sofrimento, a choradeira das famílias, aquele momento terrível que estão passando. Volto a tocar nesse assunto, falei o ano passado e graças àqueles pronunciamentos o Governo abriu concurso, está chamando alguns médicos agora.

Lá em Londrina, Deputado Cheida, tem o mesmo problema, não tem?

O Sr. Cheida (PMDB)

Agradeço o aparte, Deputado, e é justamente para parabenizá-lo pela intervenção. Acho que é uma situação das mais dramáticas no Paraná. É o submundo do pior momento da vida de uma família. À família, que fica, é um estrago muito grande. E além da questão da morte em si, ainda esses transtornos que V. Exa. se refere.

Quero parabenizá-lo e gostaria, Deputado Jocelito Canto, de sugerir, que a nossa Comissão de Segurança da Casa pudesse ouvir o Secretário de Segurança a esse respeito e que pudéssemos, juntos, a Assembléia e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ensejarmos um plano que acredito que o Governador Requião dê amplamente o seu apoio.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Cheida, e acho que V. Exa. tem toda razão. É preciso fazer alguma coisa, o Governo tem que levar a sério essa questão do IML. Ano passado reclamei bastante aqui, ninguém tem que passar por isso. O chefe do IML tem se empenhado, mas estão faltando condições. São tão poucas unidades, não vejo porque está tão sofrido o IML no Estado do Paraná. Precisamos ter um pouco mais de estrutura, porque é um lado triste, de dificuldade e de dor das famílias.

Neste ano, vou pedir mais uma vez ao Governo que dê prioridade ao Instituto Médico Legal. A sugestão do Deputado Cheida é bela e perfeita - fazer uma reunião da Comissão é muito importante para definir uma Questão de Ordem, para acabar esse sofrimento do Instituto Médico Legal do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Eu gostaria de parabenizá-lo também pelo pronunciamento muito importante, nesse momento, principalmente vindo de um Parlamentar da base governamentista.

O que estamos passando em Ponta Grossa é lamentável. Estou enviando ainda nesta semana também, ofício. Vou protocolar e mandar um ofício diretamente ao Secretário de Segurança, porque é inaceitável sabermos que o IML de Ponta Grossa recebe apenas quatrocentos por mês. Temos problemas gravíssimos, inclusive, com material básico, como microscópio.

Foi muito apropriado o seu discurso. V. Exa. está de parabéns.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (PFL)

Deputado Jocelito, tenho acompanhado o seu dia-a-dia dentro da Assembléia e a sua preocupação com os problemas de Ponta Grossa. Mesmo fazendo parte da base aliada, que dá apoio e sustentação ao atual Governador, V. Exa. não deixa de trazer aqui os problemas da nossa cidade.

Só tem uma forma de resolver e não existe outra: grana. Mais investimentos nessa área, para que possamos melhorar o atendimento no IML de Ponta Grossa e nos IMLs no Estado do Paraná. Não tem outro jeito e a solução é essa: direcionar mais recursos, contratar mais profissionais, mais estrutura. E vai se amenizar os problemas que vivem os IMLs no Estado do Paraná, em especial, na nossa Ponta Grossa.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Plauto.

A sua sugestão é correta. Precisamos de mais recursos, principalmente, na questão dos IMLs do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, o nosso som está com problema e precisamos fazer uma revisão geral no sistema, porque a Casa merece. O Deputado Pugliesi tem razão, às vezes não é culpa do operador e sim do equipamento que precisa ser melhorado, como já disse aqui também o Deputado Luiz Carlos Martins, que também é outro entendedor de som, que é radialista também.

Sr. Presidente, para finalizar, eu ainda queria ter duas informações e protocolei os pedidos. Aprovamos nesta Casa a criação do Conselho de Cadáveres do Paraná, um projeto especial que foi feito pelas universidades do Paraná, que visa organizar a questão dos corpos que são abandonados, dos indigentes deste Estado. É aquele corpo que ninguém reclama. Muitas vezes o IML enterra aquele corpo, como se fosse um indigente, sem ninguém reclamar.

Fizemos um projeto nesta Casa, que foi aprovado, que determina que a partir deste ano se estabeleça um conselho e que todo corpo não reclamado possa ser levado para as universidades do Estado do Paraná, para que os nossos alunos possam ter melhores condições de se prepararem para o curso de Medicina e outros cursos dessa área. Não sei se teve sanção do Governador, ou veto, ou se veio para esta Casa.

Isso que às vezes eu reclamo, fazemos um projeto tão bom. Esse é um projeto que não tem custo nenhum. Vai ter o custo de melhorar a vida. É um projeto bonito. Os corpos que estão sendo enterrados, hoje, que ninguém reclama, serão conduzidos às universidades, através de um Conselho. Tem universidades em que o cadáver está há dez anos, que não tem condições e os meninos estão trabalhando. É a regulamentação desses corpos que vão ser enterrados, que possam ser levados a estudo, pelas universidades.

Esse projeto foi nosso, foi aprovado e não ouvi mais falar se teve sanção ou não, se o Governador vetou ou se está engavetado esse projeto. Como aquele projeto meu do lacre da latinha de refrigerante e cerveja, que foi aprovado nesta Casa e não entrou em cumprimento no Paraná. Aquilo protege as pessoas, porque uma latinha daquelas de refrigerante e cerveja anda pelos piores lugares dos mercados, porque em todo lugar tem rato, até na política tem rato e como é que não iria ter rato nos mercados e armazéns?

Então, aquele projeto é bonito, só que até hoje não vi o cumprimento dele ainda no Paraná. Um projeto que estabelece que toda latinha tem que ter aquele lacre higiênico. Poucas empresas estão fazendo isso aqui no Paraná e aquilo é uma proteção principalmente contra o rato, que às vezes pode tirar a vida de uma pessoa, como já tem prova disso. Esse projeto está aprovado aqui no Paraná e eu não sei por que não se cumpre! Tem multa para os mercados e para as lojas que estiverem vendendo, mas não vejo ninguém agir nesse sentido.

E o último projeto que quero reclamar também, com toda razão, é um outro projeto que esta Casa aprovou. Muita gente, e queria chamar a atenção dos companheiros da imprensa, porque todo mundo adora “meter o cacete” nos Deputados: Deputado ganha muito, Deputado trabalha pouco. O prato predileto é bater no Deputado. Vamos bater um pouco nos artistas da Globo, que recebem um baita salário lá e ninguém fala e que 90% das verbas são públicas; vamos bater um pouquinho também lá nos artistas mirins da Globo, que conseguem trabalhar na televisão, mesmo que a Justiça proíba isso. Eu não sei como eles conseguem trabalhar! Não sei como um menor de oito ou nove anos consegue trabalhar em uma televisão, sendo que se qualquer mecânico ou dono de uma mecânica colocar um menino para trabalhar, ele vai para a cadeia, mas na Rede Globo é legalizado o trabalho infantil, essa ditadura legalizada chamada de Rede Globo. Lá pode trabalhar! Por que pode trabalhar?

Lá tem cenas de novela em que o garoto é até seqüestrado do colo da mãe. Isso pode? É uma boa pergunta, mas ninguém tem coragem.

Outro dia o Senador Álvaro Dias disse que pediu informações sobre o Banco do Brasil, por que mudou para Banco do Fulano, Banco do Cicrano?

Mudaram os nomes por questão de mídia, e o Álvaro queria saber quanto custou a brincadeira. Eu mandei um e-mail ao Álvaro, Presidente - porque o Álvaro Dias é um cara corajoso, pelo menos acho que ele é um cara transparente - mas mandei um e-mail a ele pedindo que peça duas coisas: 1) como é que os menores trabalham na novela e; 2) que ele peça informações de quanto a Rede Globo recebe de dinheiro a nível nacional. Quanto recebe do Banco do Brasil? Quanto recebe das fundações? Tudo! Quero que ele pergunte. Agora espero que o Senador Álvaro Dias faça esse pedido lá no Senado, pergunte e diga ao povo brasileiro quanto a Rede Globo recebe a nível nacional do Governo Federal. Quantos financiamentos recebeu, o BNDES, e queria saber, porque tenho uma curiosidade. Todo mundo tem medo dessa Rede Globo, mas eu não tenho! Agora, espero Senador Álvaro Dias, que está bastante falante e vejo nos jornais que está bem livre, liberou até a Bancada para votar com o Requião, está um espetáculo e diria a palavra correta, está um tesão esse negócio. Então, ele liberou a Bancada, então que ele pergunte, dentro dessa liberalização, que libere também lá e pergunte quanto a Rede Globo arrecada a nível nacional. Quero saber!

Então, o pessoal da imprensa que tem cobrado a Assembléia, que a Assembléia tem que ser isso, é só em cima de nós, mas estou vendo nos jornais hoje que os juízes vão ter um aumento, foi liberado um aumento. Os Desembargadores, o Tribunal de Contas quanto ganha? O Ministério Público e o ajuste de conduta - ninguém fala disso mais! Que ajuste de conduta é esse que o Ministério Público fez com o Governador?

Estou esperando informações e quero uma cópia desse ajuste de conduta, porque quero fazer um quadro e

quero colocar pendurado neste Paraná: ajuste de conduta do Ministério Público.

Prefeito Belinati, se V. Exa. cometer qualquer erro lá, eles fazem uma Improbidade Administrativa. Agora o Governador faz um ajuste de conduta com o Ministério Público.

Quero saber: o que é ajuste de conduta pública? O que é isto? Pedi informação, não recebi ainda. Que ajuste de conduta é este que o Governador fez? Que ajuste é este? De onde vem este ajuste de conduta? De onde vem esta palavra? É latim? Quero saber. Estou aguardando.

Então, pessoal da imprensa, queria que cobrassem do Governo. Nós fizemos um projeto e esta Casa aprovou, todos os Deputados aprovaram, o que prova a transparência desta Casa. Nós aprovamos um projeto que todo o recurso que o Governo gastar, a partir de agora, tem que publicar quanto custa: quanto custa um anúncio na Gazeta do Povo? Está lá, este anúncio custou cinco mil reais, tem que estar escrito embaixo; quanto custou uma inserção na televisão, trinta segundos, tem que constar embaixo; este produto, este anúncio custou, com toda a produção custou três mil reais - na rádio, 29 segundos, trinta, vai sobrar um pouquinho, vai dizer este anúncio custou cem reais, para o povo saber quanto está se gastando. Esta Casa aprovou, mas eu não vejo ninguém falar nisto. Ouvi falar que o Governador vai vetar, me disseram que ele vai vetar, mas se ele vetar, daí, me perdoem, eu vou começar a discutir a transparência, porque mais transparente que um projeto desses aprovado nesta Casa que o Governo se obriga a mostrar quanto gasta, este é um projeto, é o único do País. Aliás, este projeto nem meu não é, Sr. Presidente, este projeto eu trouxe de Ponta Grossa.

Hoje eu vejo no jornal, os Deputados não valorizam as Câmaras - este projeto eu trouxe da Câmara de Ponta Grossa. Foi de autoria de um Vereador em Ponta Grossa, que fez este projeto lá, foi aprovado lá em Ponta Grossa e depois foi vetado. Lá não está em funcionamento, mas teve um Vereador que fez o projeto, foi o Vereador Alessandro L. de Moraes, e que foi vetado lá atrás. Agora, nesta Casa foi aprovado este projeto, é o mesmo projeto que estabelece que toda publicidade tenha lá o custo dela na inserção, seja na rádio, na televisão ou no jornal. Eu espero que o Governo não vete este projeto. Se já vetou eu vou ficar muito triste, porque é um projeto de transparência, é um projeto de mostrar quanto custa cada publicidade e eu não ouvi mais falar neste projeto. Esta Casa aprovou, o projeto foi remetido ao Executivo, não sei se sancionou ou se vetou, e nós precisamos cobrar este prazo, tem um prazo, tem uma lei, a lei determina que o Governo tem tanto tempo para fazer isto. Se não fez, devolve para a Assembléia e a Assembléia promulga.

Então, estou cobrando esses prazos e pedindo que o Governo aprove esses dois projetos meus, sancione ou diga que não quer sancionar, ou nos conte em que pé estão os cadáveres do Paraná, o Conselho Estadual, que eu acho que é um baita de um projeto, que não é meu, é

das universidades, eu sou apenas o autor aqui na Casa, e também este projeto que visa garantir a transparência da publicidade.

Era isto que eu queria falar hoje, Sr. Presidente, e agradecer mais uma vez a V. Exa. por nos ajudar a conduzir aquela cultura esportiva de Ponta Grossa que é o maior patrimônio de todos os nossos futuros jovens. E hoje, para alegria nossa, tem um menino de Ponta Grossa que está jogando no Grêmio, nasceu em Ponta Grossa. Isto é sinal de progresso. E quando nós investimos no esporte prevenimos a saúde e a segurança. Todo garoto que praticar esporte é um garoto sadio, custa barato para o Governo. Todo garoto que praticar esporte é um garoto que não está na droga, não está em outros lugares, ele está jogando futebol. O garoto que joga futebol está sendo prevenido através da saúde e da segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças - PMDB, PSDB, PFL, PT, PP.

(**Declinam**)

Com a palavra: Bloco PSB/PL/PRB/PV, Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou usar todo o tempo mas não posso me furtar de comentar aqui o resultado ou a divulgação do resultado da pesquisa de violência que foi divulgado não só nos meios de comunicação nacionais nos dias de ontem e anteontem, mas também nos internacionais.

Antes de começar a falar sobre a violência quero falar de uma coisa boa que é a vinda da Deputada Rosane para o nosso bloco. O PV se incorporou então, nós passamos a ter cinco membros e cinco membros que colocamos como pré-requisito principalmente as votações. Seja bem-vinda, Deputada Rosane! Bem mais que companheira no Bloco, V. Exa. terá o nosso aval também nas questões ideológicas do seu Partido, o PV, nessa tribuna quando utilizar para esclarecer as questões ideológicas de seu Partido.

Sr. Presidente, como falei inicialmente, ontem até o Deputado Mauro Moraes que vai presidir a Comissão de Segurança, inclusive teceu alguns comentários, mas ontem fiquei praticamente até a meia-noite analisando a pesquisa que foi feita pela ONU nessa questão da violência. Eu não quero aqui minimizar nem tampouco fazer coro com a Secretário de Segurança, em que pese que eu concordo com o argumento dele: não tem pé nem cabeça os critérios para estabelecer que Município, que Estado é mais violento que o outro. Tem mais de quinze itens,

foram estratificados vários itens dessa pesquisa e Santa Catarina foi considerado o Estado mais seguro. Eu tenho certeza que se pedissem onde foram mortas mais pessoas de cabelo loiro e olhos azuis seria Santa Catarina. Agora pegaram um item que é o item de determinada idade, jovens e adolescentes, de Foz do Iguaçu mas não que seja a cidade mais violenta do país, só que os meios de comunicação colocaram não só Foz do Iguaçu mas, também Piraquara, Campina Grande que aliás, diga-se de passagem, teve o reflexo das pessoas que morreram lá no Hospital Angelina Caron e não são de Campina Grande. Com certeza não é uma das cidades mais violentas do País, mas no fim foi divulgado. A nós compete, agora, minimizar o que a imprensa divulgou, mas sim buscar trazer resultados.

De que maneira esta Casa pode ajudar? Eu acredito que existem ações que o Poder Legislativo pode contribuir com o Executivo, eu inclusive assinei o projeto do Deputado Edgar Bueno recriando a Região Metropolitana de Cascavel, excluindo logicamente aquele cantão de Foz do Iguaçu, não numa questão de bairrismo mas numa questão de coerência, não tem nada a ver criar a Região Metropolitana de Cascavel com alguns Municípios lá da Costa Oeste que não têm afinidade social e muito menos econômica com aquela região. Cascavel reúne os requisitos, tanto é que reúne que o Governador já tinha criado esta região, inclusive os cargos estão à disposição. O Deputado Chico Noroeste também apresentou uma mensagem criando a de Foz do Iguaçu, em que pese, espero que o Sr. Governador não vete mas ele poderia vetar por ter vício de origem porque enseja despesa, tomara que não vete. Mas eu fiz no dia de ontem uma indicação para que o Governo mande, urgentemente, para esta Casa a criação de uma Região Metropolitana, seja de Foz do Iguaçu, o termo que eu usei, até para fugir do bairrismo e nós temos uma questão bairrista muito grande no Oeste, Região Metropolitana de Fronteira, por quê? Para planejar as ações.

O Deputado Belinati falava aqui, do dinheiro que o Brasil está mandando lá para a Bolívia para fazer reforma agrária. O Brasil mandou, recentemente, dinheiro para o Paraguai, para Ciudad del Leste para fazer urbanismo. Se existisse essa Região Metropolitana, o Deputado Strapason quando era Secretário da Região Metropolitana até falou da coerência de criarmos uma Região Metropolitana que permitisse um convênio com Ciudad del Leste para planejar ações de segurança e desenvolvimento. Enquanto não existir isso o Brasil está mandando dinheiro para o Paraguai! Eu quero pedir o apoio desta Casa, Sr. Presidente Nelson Justus, a urgência em mandar essa indicação. Já tramitou, não precisa passar na CCJ, para que o Governador encaminhe urgentemente. Não é a questão de nós defendermos tão somente o Oeste, Foz do Iguaçu, é defendermos o nome do Paraná, assim como eu estou falando da incoerência em relação a Piraquara, em relação a Campina Grande do Sul, eu não posso admitir, agora existe um fundo de verdade, existe, Foz do Iguaçu,

a Região Oeste, precisa de ações do Poder Público de maneira uniforme e acima de tudo de maneira integrada. Hoje existe o Conselho dos Municípios Lindeiros, criando uma espécie de desenvolvimento integrado, o Estado às vezes, gastando nas mesmas ações e o dinheiro público realmente pode ser utilizado com algumas ações que esta Casa pode contribuir.

Então, eu gostaria de conceder aparte primeiramente ao Deputado Antonio Belinati, depois ao Deputado Edgar Bueno que foi Secretário da Indústria e Comércio de Foz e sabe que nós temos condições de crescer e diminuir esses índices com ações do Governo em parceria com os Municípios da região.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. fez um preâmbulo, falando do índice de violência em Foz do Iguaçu. Eu peço permissão para pegar uma carona no pronunciamento de V. Exa. para me associar à família de um jovem, filho do proprietário do Jornal O Paraná, de Cascavel, que foi assassinado e o corpo foi encontrado na cidade de Matelândia. É um acontecimento trágico, mas mais um ato de violência aqui no Paraná. Nós nos associamos à família enlutada nesta hora de grande tristeza e dor.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte. Nós também nos solidarizamos com a família e a exemplo desse, dezenas de jovens na nossa região estão sendo dizimados. Nesse critério, nós não minimizamos. Gente é gente. Não interessa se é jovem ou idoso. Um ser humano que morre é igual. Então, esse índice nós entendemos que prejudicou o Estado do Paraná, porque estratificaram a pesquisa, e de acordo com alguns critérios, identificaram alguns Municípios que seriam mais violentos que os outros.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputado Reni Pereira, primeiro quero agradecer a concessão do aparte e falar da Região Metropolitana. Criarmos um ambiente todo favorável para isso. Quero agradecer V. Exa. que representa o Município de Foz do Iguaçu, também ao Deputado Chico Noroeste, o Deputado Dobrandino que assinou, juntamente com o Nereu Moura, o Elio Rusch, enfim, todos os Deputados da Região Oeste, exceto o Deputado Duílio Genari e Elton Welter que ainda não assinaram, porém eu tenho a impressão que nós poderemos convencê-los a participar deste grande projeto que não é só do interesse da região. É desejo também do Governador, criar a Região Metropolitana de Cascavel e, quem sabe, depois com o meu apoio também, a de Foz do Iguaçu. Assim como fizemos com as assinaturas da Região Metropolitana de Cascavel, eu sugiro ao Chico Noroeste que leve de parceiros os três Deputados de Foz do Iguaçu, porque senão, já começa capenga e aí vai ter muito mais dificuldades de tramitar. Sugiro que vocês trabalhem em conjunto.

Srs. Deputados, com referência à insegurança, em Foz do Iguaçu, está aumentando gradativamente. É galopante. Cascavel, em toda a região e em todo o Paraná. Por que não falar do Paraná inteiro? A violência no ano passado foi crescente, e este ano continua crescendo. Citou bem o Belinati ao lembrar que o filho do dono de um dos principais jornais de Cascavel, "O Paraná", foi assassinado com sete tiros, bala 765. Isso é lamentável para nós.

Então, vamos aqui fazer um pedido ao nosso Secretário de Segurança, o Delazari, que nas suas horas de trabalho se intitula também como Roberto Carlos, vamos pedir a ele que "afine a viola" e se ele não conseguir "afinar a viola", o Governador que mande ele de volta para o Ministério Público.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado Deputado Edgar Bueno, pelo seu aparte. Quero dizer que o Deputado Chico Noroeste me convidou para assinar, mas como ele estava com pressa, acabou apresentando. Então, eu apóio o projeto. Não é porque eu não assinei que eu não apóio, e eu acho que existe a possibilidade do veto até pela questão constitucional. Até para divergir dessa questão, ontem nós fizemos uma indicação. O Deputado Chico Noroeste não se fazia presente no momento e fez a indicação. Não é porque tem o meu nome, pode ter o nome dos três. Se o Governador entender que o projeto é inconstitucional, ele que mande uma mensagem criando uma Região Metropolitana de Fronteira e já nessa mensagem estipule a possibilidade do Conselho que vai gerir essa região, de fazer parcerias com Países vizinhos.

Concedo aparte ao Deputado Chico Noroeste.

O Sr. Chico Noroeste (PL)

Obrigado, Deputado, pelo aparte. Com relação ao projeto da Região Metropolitana, você viu que não poderíamos perder o bonde naquele momento e apresentamos esse projeto exatamente como uma proposta. Proposta que nesse momento, eu peço não só o seu apoio, como também o convito para parte desse projeto, bem como todos os Deputados do Oeste do Paraná e desde então peço apoio a todos os Deputados desta Casa de Leis, porque sabemos que, se for pelo lado da iniciativa não há porquê o Governador vetar todo o projeto. Porque que uma vez sancionado o projeto, penso que está corrigida essa questão da iniciativa.

Com relação a Segurança Pública, penso que não vai bem, principalmente na nossa Cidade de Foz do Iguaçu. V. Exa. é tão informado quanto eu e sabe muito bem que no quesito homicídio vai muito mal.

No ano de 2005 foram registrados 286 homicídios em Foz do Iguaçu.

Em 2006, 328 homicídios. Veja que se nós analisarmos a pesquisa divulgada ontem não só nos jornais, mas também na televisão, foram dados de 2003 a 2004. Portanto, já se passou 2005 e 2006 e hoje leva este Depu-

tado a concluir que a Segurança Pública do Município de Foz do Iguaçu vai de mal a pior.

Quero lembrar aqui que existe uma promessa do Governador Requião, ainda da campanha do outro mandato, esta promessa reiterada por várias vezes no mandato passado, prometendo tornar a Cidade de Foz do Iguaçu a cidade mais segura do Brasil.

Estou aqui e quero dizer a todos os Deputados, principalmente ao Líder do Governo, que essa promessa não foi possível ser cumprida no mandato passado. Agora, espero que neste mandato a promessa do Governador Requião seja cumprida. E nós estamos aqui tanto eu, quanto V. Exa. para apoiar todas as ações de Governo, para que essa promessa seja cumprida. Solicito aqui já de antemão que o Líder do Governo tome as providências, interfira, gestione lá perante o Governo do Estado, de que há essa promessa e que ele tome medidas emergenciais, urgentes e eficazes no sentido de amenizar os grandes problemas que passa a nossa Cidade, principalmente concernente à violência.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte. Tenho certeza que a questão de segurança é uma consequência de tantas outras ações que o Município deixa de investir. Por isso, seria importante neste momento, que esta Casa voltasse as atenções para o Oeste do Paraná. Com certeza nós não vamos faltar com apoio, quando outras Regiões do Estado do Paraná nos solicitarem o apoio. Porque Foz do Iguaçu é notícia no mundo inteiro, não por ser Foz do Iguaçu, mas porque é uma Cidade conhecida no mundo inteiro. É muito mais fácil uma CNN veicular Foz do Iguaçu, porque até envolve interesses econômicos em conflito com muitas Cidades de outros Países, veicular que a violência está alta porque o turista deixa de vir para cá e faz uma opção de ir para outro lugar. Porque todo estrangeiro que vem, quer ir conhecer as Cataratas. Mais um dado, para concluir: Puerto Iguaçu está passando e muito Foz do Iguaçu na questão de atração de turistas. Os turistas não estão mais desembarcando no Brasil ou no Paraná, estão indo via Argentina.

Isso é preocupante para o Estado do Paraná, não só para Foz do Iguaçu.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Quero corrigir aqui uma injustiça e esta Casa está de parabéns. Acabo de receber uma informação que no dia 15 de janeiro de 2007 o Presidente Hermas Brandão promulgou a Lei de Comunicação. Esta Casa deve ser cumprimentada. Senão me falha a memória é o único Legislativo do Brasil a promulgar esta lei. É uma lei que já está em vigor, quinze dias de janeiro, 15 de janeiro de 2007. Acredito que já esteja publicado no Diário Oficial. Então, a partir de agora, toda publicidade que o Governo

fizer, tem que constar o preço da inserção no rádio, na TV, no jornal.

Então, alertando o pessoal do Governo, aqui, porque já vi vários anúncios, e não existe isto. Então, sei que tem que adaptar a lei, não estamos aqui para sacrificar ninguém. Mas, a lei está aqui: *A informação sobre o custo da peça publicitária deverá estar inserida em cada vinculação. A lei entrará em vigor na data da sua publicação. “Palácio XIX de Dezembro”, 15 de janeiro de 2007. Hermas Brandão, Presidente.*

Então, Sr. Presidente, a imprensa que dê os parabéns a esta Casa. Esta Casa fez uma lei maravilhosa e que vai regulamentar a questão da transparência da publicidade em todo o Estado.

Parabéns ao Presidente Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, passamos de imediato à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 031/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (01/03/07) por motivo de intervenção cirúrgica. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei em nº de 07 (sete), de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Eu não vou votar este requerimento, quero pedir para adiar. As rodovias já têm os banheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Lamento, Deputado Jocelito. Nós não estamos aprovando. Estamos apoiando o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Eu não apoio este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A matéria já é vencida, já foi apoiada. Lamento. Mas, irá para a CCJ. V. Exa. pode apresentar uma emenda.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 124/05, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 562/05, de autoria da Bancada do PMDB. Dispensa ou parcela os créditos de titularidade do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 233/05

Curitiba, 12 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 371/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 562/05, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos

Dispõe o autógrafo sobre a possibilidade de dispensa ou parcelamento de créditos de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o parágrafo único do artigo 3º e parágrafo único do artigo 12.

O parágrafo único, do artigo 3º, foi vetado porque, adotando norma sem a necessária consonância com o artigo 2º e com o *caput* do artigo 3º inviabilizaria, tal como está redigido, o principal objetivo da medida que é a possibilidade de renegociação das dívidas, favorecendo reciprocamente o Estado do Paraná na qualidade de credor e os mutuários como devedores.

O não acolhimento ao parágrafo único, do artigo 12, deve-se ao fato de que, caso aceito, o Estado do Paraná teria imensa dificuldade em renegociar com os mutuários, pois, é sabido que uma das formas para viabilizar a recuperação de valores é, justamente, o exercício da garantia vinculada ao contrato.

Assim, mais uma vez, o objetivo principal do projeto de lei que seria a renegociação de forma amigável, estaria maculado, pois, ao se liberar a garantia, dificilmente um mutuário se proporia a repactuar seus débitos.

Por outro lado, em sendo mantido o valor de dispensa integral de dívidas previsto no artigo 5º do projeto de lei, parcela significativa dos mutuários que se enquadram no parágrafo único do artigo 12 já seriam albergados de imediato com a liberação das garantias vinculadas aos contratos.

Portanto, não há razão de ser do dispositivo em análise, tendo em vista ser prejudicial ao Estado do Paraná que teria operações financeiras descobertas de garantia, aliado ao fato de que mutuários em número expressivo já estariam sendo beneficiados pela dispensa integral prevista no artigo 5º.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 562/05, encontra-se publicado no DA nº 129/05, de 22/11/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO GOVERNAMENTAL Nº 124/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto parcial do Governo é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa da Bancada do PMDB, a qual dispensa ou parcela os créditos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, atualmente geridos pela Agência de Fomento. O veto é parcial e alcança os parágrafos únicos dos artigos 3º e 12, introduzidos no texto original via emenda parlamentar.

A justificativa do veto parcial, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é em razão de julgar a disposição dos dois parágrafos contrária ao interesse público, uma vez que, na opinião do Governador, ao introduzir no texto da lei a figura da avaliação do bem atualmente, como preconiza o parágrafo único do artigo 3º, há conflito com o disposto no *caput* do artigo 2º, o qual fixa a forma de correção da dívida em condições mais favoráveis, e para uma eventual avaliação do bem atualmente há outro dispositivo (decreto do Executivo) que já possibilita esta forma de apuração do débito, disponibilizando assim o mutuário de duas formas de negociação: enquanto o disposto no parágrafo único do artigo 12, que retira a exigência da garantia para alguns casos especificados, importaria no risco de jamais recuperar os créditos e sequer alcançar a renegociação.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de

inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste acaso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém a esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 29 de novembro de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 12 de dezembro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que, por serem fundamentadas no interesse público, que segundo o Executivo inexistem, são de ordem de mérito, entendemos que não cabe a esta Comissão opinar, mas sim à Plenária diretamente analisar as justificativas do veto, sobre a conveniência e oportunidade da proposição.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do veto diretamente para apreciação no Plenário desta Casa, pois fundamentado em razões de interesse público, o que é matéria de mérito.

Sala das Comissões, em 07.03.06

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON WELTER - Relator

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, este projeto de lei foi aprovado aqui na Assembléia no ano de 2005. E nós estamos apreciando o veto do Governador somente agora, em 2007. Um ano após a aprovação desta matéria.

Tenho observado, através da imprensa, algumas atitudes da nova Mesa Executiva desta Casa, observando aperfeiçoá-la, melhorá-la, tornando-a mais funcional. Quero sugerir a V. Exa. para que os vetos, quando cheguem a esta Casa, não demorem tanto tempo para serem apreciados pelo Plenário. Se um projeto destes, este veto especificamente do Governador Roberto Requião, há dois parágrafos, de duas leis que esta Casa aprovou, talvez não tenha tido tanto impacto na vida do povo do Paraná. Mas uma outra lei poderá ter.

Então, queria sugerir a V. Exa., porque a Constituição diz que em trinta dias o veto tem que ser apreciado pelo Plenário. Se V. Exa. achar por bem, daqui para

frente os vetos possam ser apreciados dentro do prazo regimental. Era esse o apelo que eu queria fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero dizer que efetivamente procede a Questão de Ordem do Deputado Nereu Moura em que pese que este projeto o veto diz respeito exclusivamente a dois parágrafos, já esteve em discussão nesta Casa e foi adiado uma vez. Então, realmente vamos procurar em consenso com as Bancadas, especialmente com a CCJ para que evitemos embaraços como esses. Realmente cabe a Questão de Ordem. Nós haveremos de cumprir o prazo constitucional, não há necessidade de se protelar tanto tempo para a apreciação de um veto, aqui na Casa. Vamos evitar que isso aconteça.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, os dois vetos impostos pelo Governador se referem à mesma matéria, destinados a dois entes, dois órgãos: Agência de Fomento e o BANESTADO. Estamos encaminhando a Mesa um requerimento para que os vetos sejam votados em bloco, que possamos fazer uma única votação desses vetos. Creio que por economia processual, simplificaria o processo de votação dos 2 vetos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sob a Mesa requerimento do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Liderança do Governo, constante do expediente requerendo votação em bloco dos dois vetos parciais do item 1 e item 2 da pauta. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Será feita a votação em bloco. Solicito a Sra. 1ª Secretária que faça a chamada nominal.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 125/05, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 563/05, de autoria da Bancada do PMDB. Dispensa ou parcela os créditos, ajuizados ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do BANESTADO. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 234/05

Curitiba, 12 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 372/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 563/05, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a possibilidade de dispensa ou parcelamento de créditos de titularidade do Estado do Paraná adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo único do artigo 3º e parágrafo único do artigo 12.

O parágrafo único, do artigo 3º, foi vetado porque, adotando norma sem a necessária consonância com o artigo 2º e com o *caput* do artigo 3º inviabilizaria, tal como está redigido, o principal objetivo da medida que é a possibilidade de renegociação das dívidas, favorecendo reciprocamente o Estado do Paraná na qualidade de credor e os mutuários como devedores.

O não acolhimento ao parágrafo único, do artigo 12, deve-se ao fato de que, caso aceito, o Estado do Paraná teria imensa dificuldade em renegociar com os mutuários, pois, é sabido que uma das formas para viabilizar a recuperação de valores é, justamente, o exercício da garantia vinculada ao contrato.

Assim, mais uma vez, o objetivo principal do projeto de lei que seria a renegociação de forma amigável, estaria maculado, pois, ao se liberar a garantia, dificilmente um mutuário se proporia a repactuar seus débitos.

Por outro lado, em sendo mantido o valor de dispensa integral de dívidas previsto no artigo 5º do projeto de lei, parcela significativa dos mutuários que se enquadram no parágrafo único do artigo 12 já seriam albergados de imediato com a liberação das garantias vinculadas aos contratos.

Portanto, não há razão de ser do dispositivo em análise, tendo em vista ser prejudicial ao Estado do Paraná que teria operações financeiras descobertas de garantia, aliado ao fato de que mutuários em número expressivo já estariam sendo beneficiados pela dispensa integral prevista no artigo 5º.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 563/05, encontra-se publicado no DA nº 129/05, de 22/11/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL Nº 125/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto parcial do Governo é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa da Bancada do PMDB, a qual dispensa ou parcela os créditos do antigo Banco do Estado do Paraná, a cargo da Agência de Fomento. O veto é parcial e alcança os pará-

grafos únicos dos artigos 3º e 12., introduzidos no texto original via emenda parlamentar.

A justificativa do veto parcial, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é em razão de julgar a disposição dos dois parágrafos contrária ao interesse público, uma vez que, na opinião do Governador, ao introduzir no texto da lei a figura da avaliação do bem atualmente, como preconiza o parágrafo único do artigo 3º, há conflito com o disposto no *caput* do artigo 2º, o qual fixa a forma de correção da dívida em condições mais favoráveis, e para uma eventual avaliação do bem atualmente há outro dispositivo (decreto do Executivo) que já possibilita esta forma de apuração do débito, disponibilizando assim o mutuário de duas formas de negociação: enquanto o disposto no parágrafo único do artigo 12, que retira a exigência da garantia para alguns casos especificados, importaria no risco de jamais recuperar os créditos e sequer alcançar a renegociação.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em Plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 29 de novembro de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 12 de dezembro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que, por serem fundamentadas no interesse público, que segundo o Executivo inexistem, são de ordem de mérito, entendemos que não cabe a esta Comissão opinar, mas sim à Plenária direta-

mente analisar as justificativas do veto, sobre a conveniência e oportunidade da proposição.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do veto diretamente para apreciação no plenário desta Casa, pois fundamentado em razões de interesse público, o que é matéria de mérito.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON WELTER - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. colocou em votação o requerimento do Deputado Romanelli?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Diz que Deus não protege quem dorme. Então já dormi. Veja, Sr. Presidente, acho difícil votar os dois vetos juntos, porque tenho uma questão, aqui, desse assunto do Projeto de Lei 563. Na verdade o Projeto 563 trata da questão do FDE, Deputado Romanelli. Ele é um bom projeto, mas o Governo veta dois artigos que nós consideramos indispensáveis para que o projeto fique perfeito. Só cito, aqui, como exemplo, já pode ser levado como encaminhamento, Sr. Presidente, por exemplo: repactuar os contratos, levar em consideração a depreciação dos bens. No segundo elevou o limite para 45 mil, anistia. O que eu quero dizer dos 45 mil? Ele ficou em 35 mil no projeto. Este, Deputado Romanelli, os 45 mil foi objeto de um acordo da Bancada de Oposição e da Situação, porque na votação do projeto houve um grande debate aqui, e num acordo com a Liderança do Governo foi elevado de 35 mil para 45 mil.

O projeto é de extrema importância, porque ele vem regularizar a situação de milhares de agricultores que estão com as suas propriedades penhoradas. Então, fica difícil votar os dois projetos juntos. Mas infelizmente já passou situação, mas quero aqui ressaltar que vou votar favorável ao veto do Projeto do FDE 563, mas vou me reservar ao direito de amanhã ou depois apresentar um projeto para restabelecer esses dois vetos do Projeto 563.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O tema tratado por esses dois projetos é um tema importante, enfim, fruto de toda uma discussão já havida nesta Casa, de muitos anos, de programas realizados pelo extinto BANESTADO. Hoje, essas leis estão sendo instrumentos importantíssimos para que possamos ir resolvendo a situação daqueles que ficaram insolventes na possibilidade de pagar os empréstimos contraídos.

Hoje, já temos uma situação em que, primeiro, por óbvio, ficaram isentos do pagamento, ou seja, ficaram liberados do pagamento, todos aqueles que tinham déficit inferior a 35 mil reais.

Os dois vetos que foram opostos são rigorosamente necessários porque, certamente, foram objetos de emendas havidas no processo legislativo. Quem ler atentamente o projeto de lei verificará que eles são contraditórios com os artigos. Por exemplo, o parágrafo único do artigo 3º é absolutamente contraditório com o *caput* do artigo 2º. Então, na verdade, temos neste projeto porque a lei está vigorando, está funcionando, e as questões estão sendo resolvidas, uma questão que é contraditória e outra que não é possível. Vamos ser sinceros: o Estado liberar as garantias, justamente daí inviabilizando quase que por completo a possibilidade de você ter uma negociação de um contrato, em que o credor fica, desde logo, liberado daquela garantia oferecida para poder fazer o pagamento da sua dívida é contrário ao interesse público.

Reconheço que é um tema que tem sido tratado. Creio que poderemos aperfeiçoar esse processo de negociação, ainda daquelas situações que não estão contempladas. Creio que é necessário fazer isso, embora sempre que estejamos tratando dessa questão que envolve essa massa de crédito, que é oriunda do velho BANESTADO, sabemos que sempre está implicado na questão da dívida pública do Estado do Paraná e que qualquer negociação implica, também, as negociações com o Banco Central. Então, creio que é importante mantermos esses vetos.

Os vetos são absolutamente legítimos, em favor do interesse público, o que não ilide a possibilidade de melhorarmos para podermos solucionar de vez eventuais situações que não estão cobertas e amparadas por essa inovação legislativa, que foi muito importante para que pudéssemos regularizar a situação de milhares de tomadores de empréstimos de programas como o Panela Cheia, o Bom Emprego e outras linhas de financiamento do extinto BANESTADO.

Na condição de Líder do Governo, peço a todos, não apenas aos integrantes da base aliada, mas da Oposição, já me comunicava ali o Deputado Reni Pereira sobre o posicionamento em função do bom senso que é a manutenção dos vetos que o Governador Requião fez nesses dois projetos, embora reconhecendo a boa intenção, mas contratos e recursos públicos estão envolvidos e temos que preservar o interesse público. Obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

O encaminhamento que estou dando é mais para fazer uma reflexão com o Deputado Líder do Governo que está fazendo aqui o encaminhamento pela manutenção do veto, e acho correto que faça, Deputado Romanelli, porque esse foi um projeto votado, gostaria que o Deputado Rossoni confirmasse se de fato foi isso, dentro de um acordo feito aqui na Assembleia Legislativa com o

Deputado Zucchinho, que hoje não está presente por diversas razões, mas que foi uma preocupação do Deputado Zucchi com os pequenos produtores das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Então, gostaria, Deputado Romanelli, que pudéssemos ter um esclarecimento melhor daquela situação, porque aquele valor, a lei estava vindo para atingir, foi retirado inclusive, a pedido do Deputado Rossoni, Deputado Zucchi, Deputado Dobrandino, para que fosse mandado para a Casa Civil e a Casa Civil na pessoa do Deputado Caíto Quitana mandou uma autorização para que tivéssemos o valor que ora está sendo vetado.

Só gostaria, Deputado Romanelli, que tivéssemos esse esclarecimento porque até ali entendia e a Bancada do PT também, que deveríamos estender isso porque dez mil reais a mais contemplaria um número significativo de pequenos produtores. Essas considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Uma Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O artigo 104, queria eximir duas dúvidas com V. Exa. Não estou encontrando aqui no nosso Regimento Interno, mas o Regimento anterior, os vetos quando colocados na Ordem do Dia não poderiam ser retirados. Gostaria de pedir a V. Exa. que consultasse a sua assessoria. Se nesta versão do Regimento é possível retirar o veto da Ordem do Dia. A segunda questão é em relação à anexação de dois itens da pauta no caso de veto, para ser apreciado, ou o Regimento veta a união de dois itens da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência responde a Questão de Ordem de V. Exa.

Tem sido em ambos os casos prerrogativa da Mesa. O caso da junção dos dois vetos, a matéria é realmente similar. Os dois vetos são totalmente parciais as duas questões que são efetivamente similares.

Então, tem sido praxe na Casa que nós votemos em bloco, de acordo com o artigo 131, Inciso VII. Não estou nem me baseando no Regimento Interno. Estou me baseando no bom-senso, na maneira como tem operado esta Casa nos últimos anos. Pode quando os temas são efetivamente similares. Houve o requerimento do Deputado Luiz Cláudio Romanelli e a Mesa já decidiu que vamos votar em bloco. Em que pese tenho a opinião formada, a respeito do assunto, porque acompanhei e discutimos na gestão passada exaustivamente esta questão. Mas, vamos votar em bloco.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, não estou questionando a decisão de V. Exa. de acatar o requerimento aprovado. Estou apenas pedindo o esclarecimento em relação ao Regimento

Interno da Casa. A disposição do Regimento. Lembro-me que no final do ano passado o Presidente Hermas Brandão determinou que os vetos fossem votados todos individualmente sem que fosse a votação em bloco. Estou dirimindo uma dúvida regimental com V. Exa., não em relação a esse assunto no qual concordo com V. Exa.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Um rápido encaminhamento até porque conversamos com o bloco e acordamos de concordar com a Liderança do Governo pela manutenção do veto.

Mas, só para justificar o porquê deste encaminhamento, talvez os Deputados, muitos - inclusive, no bloco, três assinamos uma emenda e, depois, foi feito um acordo. Inicialmente, no projeto era apenas anistiando as dívidas até vinte mil. Fizemos uma emenda para 45 e foi feito um acordo de 35 mil. Isso foi mantido, no que isenta uma boa parcela dos agricultores do Paraná.

Em relação ao Item 3º, o Líder do Governo falou que existe uma incoerência com o *caput* do artigo 2º e do próprio artigo 3º.

Em relação ao módulos rurais, eu conversava com o Líder da Oposição, existe uma dúvida muito grande. O módulo pode variar, dependendo da cultura do agricultor. O que acontece é que o pequeno agricultor, aquele que com honestidade contraiu uma dívida, ele não ficará constrangido de maneira nenhuma, em deixar o seu bem em garantia para repactuar, porque ele pretende pagar. O mau pagador, com certeza, é quem seria beneficiado com a manutenção daquele artigo que retira o aval ou qualquer tipo de garantia.

O pequeno agricultor não vai se sentir ofendido, por derrubarmos esse inciso, porque ele sabe que deve e vai pagar, com os benefícios dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados favoráveis ao veto deverão responder SIM. Os Deputados contrários ao veto, para a derrubada, NÃO. Há necessidade de 28 votos NÃO para a derrubada.

Solicito à 1ª Secretária para que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Procede à chamada nominal)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputada Cida, voto SIM e gostaria de pedir ao Presidente para que pudéssemos justificar o voto e o posicionamento dos Deputados de Oposição. Quando da negociação desse projeto, o limite do projeto encaminhado pelo Governo para isentar os pequenos agricultores era de dez mil reais. Nós negociamos aqui e queríamos cinquenta, mas não conseguimos. Apresenta-

mos uma emenda de 35 mil reais e foi sancionada pelo Governador. Então, é uma justificativa porque estamos votando favorável ao projeto.

A segunda emenda apresentada pelos Deputados de Oposição é que limita os custos e honorários. Então, não há como você aumentar os honorários mais do que 4%. Por essa razão, não satisfazendo completamente as outras duas emendas que foram vetadas, nós achamos que fica melhor do que estava. Por essa razão, os Deputados de Oposição votaram favoráveis ao veto do Governador, mas ressaltando que as duas emendas que foram vetadas, em um futuro próximo apresentaremos um projeto a parte.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Perfeitamente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
Sr. Presidente, 32 Deputados e Deputadas votaram. Portanto, unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Está mantido o veto e rejeitado o projeto, consequentemente.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Sobre a mesa, Requerimento nº 178, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente.
Em Discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Adia-se na forma regimental.
(Continua leitura de requerimentos)

O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (**Pela Ordem**)
Quero agradecer essa Mesa, agradecer a presença do Prefeito Sérgio Stokes que nos visita hoje aqui na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Seja bem-vindo, Prefeito Sérgio.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)
Quero cumprimentar V. Exa. por reativar as Sessões na quinta-feira.
Realmente é muito bom estar aqui na quinta-feira. V. Exa. e a Mesa Executiva estão de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimentos nºs 167 a 169, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 170 a 181, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 182 a 185, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 02/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Balancete Financeiro

Janeiro/07

OFÍCIO Nº 03/07

Curitiba, 12 de fevereiro de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JANEIRO/2007 conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:31/01/2007
---	---------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	21.200.000,00	21.200.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	21.200.000,00	21.200.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	21.300.000,00	21.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	176.059,30	176.059,30
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	176.059,30	176.059,30
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	176.059,30	176.059,30
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Bancos	8.388.432,08	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	8.388.432,08	8.388.432,08
TOTAL	29.864.491,38	29.864.491,38

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/2007
---	---------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	17.313.461,70	17.313.461,70
Pessoal e Encargos Sociais	15.707.294,71	15.707.294,71
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.606.166,99	1.606.166,99
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	17.313.461,70	17.313.461,70
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	484.448,74	484.448,74
Pagamentos	484.448,74	484.448,74
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	66.890,00	66.890,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	66.890,00	66.890,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	551.338,74	551.338,74

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	11.999.690,94	11.999.690,94
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	11.999.690,94	11.999.690,94
TOTAL	29.864.491,38	29.864.491,38

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

